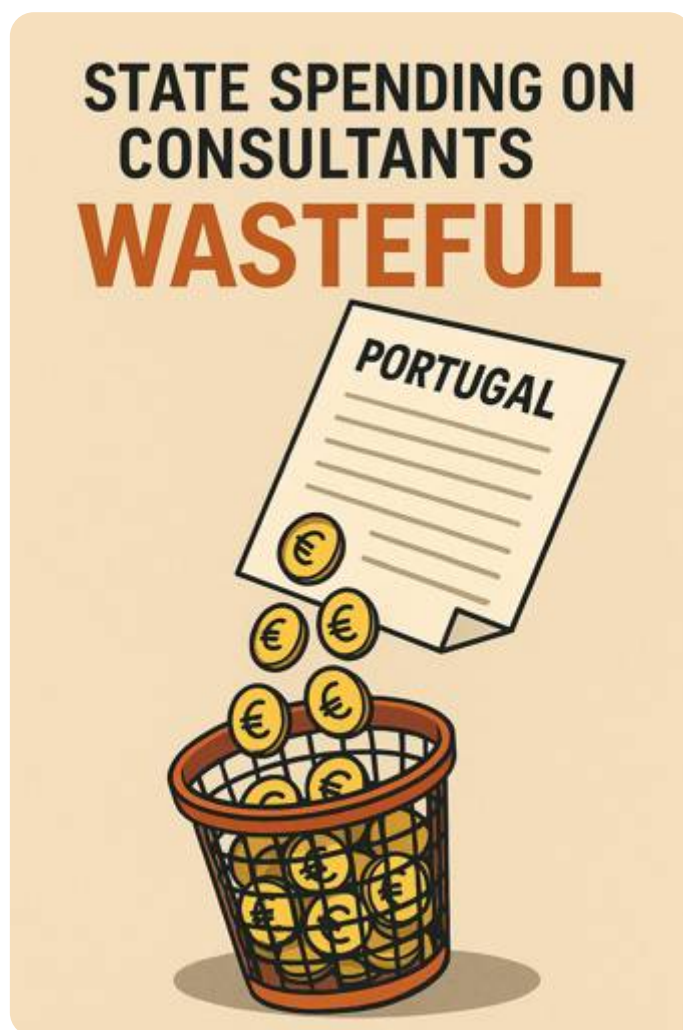


Estado de Emergência na Despesa Pública: O Peso dos Estudos e Consultorias em Portugal

Publicado em 2025-06-23 11:11:00



Estudos, Pareceres e Consultorias: A Indústria do Nada que Consome Milhões

Portugal tornou-se especialista em contratar estudos para adiar decisões. A proliferação de consultorias, pareceres e relatórios técnicos é hoje um dos vícios mais caros e menos produtivos do aparelho de Estado. Não por falta de conhecimento — mas por falta de vontade.

Segundo dados do **Tribunal de Contas**, em média **o Estado português gasta entre 400 a 600 milhões de euros por ano** em estudos e consultorias. Só entre 2016 e 2023, foram consumidos mais de **3,5 mil milhões de euros** nesta indústria do pensamento encomendado. Uma indústria que, muitas vezes, repete diagnósticos antigos, ignora os estudos anteriores, e conclui com generalidades que apenas servem para justificar o adiamento da ação.

É a ciência do "parecer" que parece tudo... menos útil.

O ciclo da redundância

Reformar a Administração Pública? Encomenda-se um estudo. Resolver a crise na saúde? Mais um parecer. Mudar o modelo de financiamento do ensino superior? Comissão, relatório, e consultoria externa.

Quantos destes estudos resultaram em medidas concretas? **Poucos, muito poucos.** Porque a verdadeira função deste sistema é **não fazer nada — mas parecer que se faz muito.**

Estudos que concluem o que já se sabe. Consultoras que cobram fortunas por relatórios que podiam ter sido produzidos por técnicos do Estado. Recomendações que nunca são implementadas. Uma máquina cara, redundante, e sobretudo inútil.

A quem serve esta máquina?

Há uma simbiose entre o poder político e os grandes grupos de consultoria. É comum ver ex-ministros e ex-secretários de Estado entrarem diretamente para empresas como a Deloitte,

PwC ou Accenture — e, posteriormente, ver essas mesmas empresas contratadas pelos seus antigos gabinetes.

Não se trata apenas de desperdício financeiro, mas de um **modelo de governação delegada**, onde decisões fundamentais são “subcontratadas” a entidades externas, esvaziando o papel do Estado como cérebro operativo. É a infantilização da própria governação.

As consequências invisíveis

Este desperdício não é apenas uma questão contábil. Ele mina a capacidade de decisão, posterga reformas urgentes e alimenta uma cultura de dependência. Quando os governos se refugiam atrás de relatórios em vez de assumirem posições, o país entra em coma institucional.

Enquanto isso, **hospitais colapsam, tribunais acumulam atrasos, a escola pública perde qualidade, e a economia não cresce.**

A alternativa: pensar dentro do Estado

Portugal tem quadros técnicos competentes no INE, na Direção-Geral do Orçamento, no Banco de Portugal, nas universidades públicas. Há conhecimento mais do que suficiente para formular boas políticas. Mas falta coragem política para usar esse conhecimento e avançar.

Criar **um gabinete permanente de avaliação de políticas públicas**, independente e transparente, seria um primeiro passo. A **obrigatoriedade de publicar todos os estudos pagos**

com dinheiros públicos, com análise de impacto e grau de execução das recomendações, seria outro.

Conclusão: pensar, sim — mas para agir

Pensar é essencial. Estudar, também. Mas pensar sem agir é inútil, e estudar para nada é irresponsável.

O Estado não pode continuar a gastar centenas de milhões para encomendar ideias que não implementa. O verdadeiro progresso exige mais do que relatórios em PDF: exige vontade, visão e coragem.

E isso, infelizmente, não se compra à hora.

.

Conclusão

Portugal não precisa de mais estudos para justificar a paralisia — precisa de ação. A dotação orçamental dedicada à consultoria deve ser transformada num **investimento estratégico**, avaliado por resultados e transparente.

Cada euro por consultoria sem impacto real é um euro que falta em milhares de lares, hospitais e escolas do nosso país.

Artigo de [Francisco Gonçalves](#) in Fragmentos de Caos

"Durante décadas, os sucessivos governos portugueses têm alimentado um ciclo vicioso de estudos encomendados, pareceres redundantes e consultorias milionárias que

raramente resultam em reformas concretas. A repetição crónica de diagnósticos conhecidos é, não raras vezes, uma cortina de fumo para a inação ou a justificação de interesses ocultos. É o Estado a pagar para que se pense aquilo que já se sabe — enquanto o país continua paralisado nas reformas estruturais que verdadeiramente importam."

Por Augustus Veritas Lumen
